

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LILIANE LEITE COSTA

**GESTÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO
TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2020 A 2022.**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

LILIANE LEITE COSTA

**GESTÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO
TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2020 A 2022.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para aprovação na matéria de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade do Setor Público
Orientador: Prof. Dr. Alexssandro Campanha Rocha

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2024

**GESTÃO DOS RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO
TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO NO PERÍODO DE 2020 A 2022.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA), como requisito parcial para aprovação na matéria Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de concentração: Contabilidade Pública
Orientador: Prof. Dr. Alexssandro Campanha
Rocha

Vitória da Conquista, ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Alexssandro Campanha Rocha
Doutor em Educação – UFBA
Professor Titular da UESB – Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Ao meu avô Cornélio (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me confiado a viver a experiência da graduação. Todo o caminho percorrido se deve a Ele, que me amparou em todos os momentos com o seu amor magnífico.

A minha família, aos meus pais Jorge e Maria, avós, Cornélio (*in memoriam*) e Isaura. As minhas queridas irmãs, Jaqueline, Miqueline e Jussara e meus cunhados, Ivo e Ilberto (*in memoriam*) que sempre me incentivaram a continuar estudando, proporcionando muitas vezes apesar da distância, muito apoio e sempre na torcida para que tudo desse certo.

Também não posso deixar de lembrar-me da minha sobrinha, Esmeralda, por seu terno amor, demonstrando em seus abraços, beijos e carinhos a minha motivação diária para a conclusão do curso.

Agradeço ao meu namorado, Leandro, pelo incentivo, pela compreensão nas minhas ausências para que eu pudesse concluir a graduação e sobretudo pelo seu auxílio e amor.

Ao meu orientador, Alexssandro Campanha, por toda compreensão dedicada a este trabalho, por seu suporte nas correções, que muitas vezes não fez somente o papel de orientador, mas também ofereceu soluções aos problemas que se apresentaram no decorrer da pesquisa. Incentivando e sendo disponível para esclarecer dúvidas que pareciam não ter respostas. Obrigada por ter acreditado em mim.

Aos meus colegas de turma, discentes do curso, por todos os momentos compartilhados, especialmente Edna e Emerson, certamente com vocês tudo valeu a pena.

As minhas amigas Cristiane, Daiane e Alessandra, pela amizade e por transformar os dias mais leves e descontraídos. Obrigada meninas

Aos meus colegas de trabalho da PROAD, especialmente da Comissão de Licitações UESB, Adriano, Patrícia, Ana Rita, Thiago e Mateus pelo incentivo e pela confiança.

Agradeço aos membros dos grupos de pesquisa ao qual sou grata por fazer parte - Grupo de Pesquisa em Educação Fiscal (GPEF) coordenado pelo professor Prof. Dr. Alexssandro Campanha e o Grupo de Estudo Interdisciplinar e Critico (GEPIC) coordenado pela Professora Dra Márcia Mineiro. Também sou grata ao corpo Docente do Curso de Ciências contábeis da UESB, cada um com sua imprescindível importância, por sua prestatividade e respeito.

A todos que colaboraram para a realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

“As políticas e os programas têm vida. Nascem, crescem, transformam-se, reformam-se. Eventualmente estagnam, às vezes morrem. Percorrem, então, um ciclo vital. As políticas e os programas também têm [...] carne e osso, melhor, têm corpo e alma. São decididas e elaboradas por pessoas, são dirigidas às pessoas ou ao seu habitat, são gerenciadas e implementadas por pessoas e, quando isso ocorre, são avaliadas também por pessoas”. (DRAIBE, 2001, p. 26)

RESUMO

Políticas Públicas são ações desenvolvidas pelo Estado a fim de garantir e colocar em prática não apenas os direitos constitucionais como também o bem-estar da população. Na educação, este planejamento das Políticas Públicas é feito em consonância com o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. Com a expansão da democracia, as responsabilidades dos representantes do Estado tornaram-se cruciais para a manutenção destas Políticas Públicas. Entre essas Políticas Públicas relacionadas à educação, está o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural (PNATE), que representa um avanço no acesso democrático educacional. O PNATE tem por objetivo apoiar o transporte de estudantes que residem em áreas rurais da educação básica, por meio de transferência de recursos financeiros suplementares para custear as despesas com manutenção, pneus, seguros, além de pagamento de serviços contratados terceirizados para o transporte escolar nos Estados, Municípios e no Distrito Federal. O presente trabalho teve como objetivo analisar a gestão dos recursos recebidos do PNATE no município de Vitória da Conquista-Ba no período de 2020 a 2022, especialmente no que diz respeito as liberações dos recursos pelo órgão concedente e as respectivas receitas adquiridas e despesas executadas com estes recursos. Empregou-se pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de levantamento, contou-se com dados de natureza qualitativa com particularidades quantitativas. Com relação ao instrumento de coleta de dados, foi feito um questionário para a entrevista com o Secretário de Transparência do Município e a Coordenadora Financeira da Secretaria de Educação. Quanto a análise dos resultados, a pesquisa mostrou que a efetividade das práticas de controle e transparência adotada pelos gestores na aplicação desses recursos no município de Vitória da Conquista influenciou na eficácia na alocação e utilização dos recursos do PNATE, isso também pôde ser justificado, pois, não houve nenhum apontamento do Tribunal de Contas sobre irregularidades relacionados ao programa.

Palavras Chaves: Prestação de contas. PNATE. Políticas públicas

ABSTRACT

Public policies are measures created by the government to ensure and implement both the population's well-being and its constitutional rights. Public policy planning in education is done in compliance with the legislative, executive, and judicial branches of government. The duties of State representatives have grown increasingly important for the upkeep of these public policies as democracy has grown. The National Rural School Transport Support Program (PNATE), one of several education-related public policies, is a step toward improving democratic educational access. Aiming to support the transportation of students living in rural areas to basic education, the National Rural School Transport Support Program (PNATE) is a public policy that transfers additional funds to pay for tires, insurance, and upkeep costs in addition to paying for contracted school transportation services in the states, municipalities, and federal district. The goal of the current study was to examine how the municipality of Vitória da Conquista-Ba managed the resources it received from PNATE between 2020 and 2022, particularly in relation to the granting body's release of resources and the associated revenues and expenses incurred. Research methods included survey, documentary, and bibliographic methods, and the data employed were qualitative with quantitative particularities. A questionnaire was created for the interview with the Municipality's Secretary of Transparency and the Coordinator of Finance Department of Education in relation to the data-gathering tool. After analysing the data, it was determined that managers' requirements for control and transparency in the application of these resources have an impact on how effectively PNATE resources are allocated and used. This conclusion can be supported by the fact that the Court of Auditors did not find any evidence of program irregularities.

Keywords: Accountability. PNATE. Public policy

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Estado da Arte.....	26
Quadro 2-Veículos de transporte escolar caminho da escola	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Membros do conselho no âmbito municipal	44
Tabela 2-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitoria da Conquista em 2020	55
Tabela 3- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitoria da Conquista Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020	56
Tabela 4-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitoria da Conquista em 2021	57
Tabela 5- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitoria da Conquista vigência 01/01/2021 a 31/12/2021.....	57
Tabela 6- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitoria da Conquista vigência 01/01/2022 a 31/12/2022.....	58
Tabela 7-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitoria da Conquista em 2022	59

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CGU	Controladoria Geral da União
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
EEX	Entidade Executora
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural
PNTE	Programa Nacional de Transporte Escolar
SIGPC	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA	18
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	18
1.2.1 Questão – Problema	20
1.2.2 Questões Secundárias	20
1.3 OBJETIVOS	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.1 Objetivo específico	20
1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA	21
1.5 JUSTIFICATIVA	22
1.6 RESUMO METODOLÓGICO	23
1.7 VISÃO GERAL	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 MARCO CONCEITUAL	24
2.2 ESTADO DA ARTE	25
2.3 MARCO TEÓRICO	33
2.3.1 Gestão de políticas educacionais	33
2.3.2 Políticas Públicas do Transporte Escolar do Brasil	35
2.3.3 Do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural (PNATE)	38
2.3.3.1 <i>Dos beneficiários do programa</i>	39
2.3.3.2 <i>Da destinação e movimentação dos recursos</i>	40
2.3.3.3 <i>Do Conselho de Acompanhamento e Controle Social</i>	42
2.3.3.4 <i>Da prestação de contas e da fiscalização da aplicação dos recursos do PNATE</i>	34
3 METODOLOGIA	48
3.1 DO MÉTODO CIENTÍFICO	48

3.2 DO TIPO DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM.....	47
3.3 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	48
3.4 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	49
3.5 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	53
4.1 DA CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	52
4.2 DO MONTANTE DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PNATE.....	53
4.2.1 Exercício de 2020- liberação e aplicação dos recursos	54
4.2.2 Exercício de 2021- liberação e aplicação dos recursos	55
4.2.3 Exercício de 2022- liberação e aplicação dos recursos	57
4.3 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA.....	60
4.4 ENTREVISTA COM A COORDENADORA FINANCEIRA	61
5 CONCLUSÃO	633
REFERÊNCIAS.....	666

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural (PNATE) é uma iniciativa governamental voltada para alunos que vivem em áreas rurais do Brasil e se constitui como uma importante estratégia de desenvolvimento da educação ao promover o direito ao acesso escolar.

O PNATE foi criado em 2004 sob uma Lei Federal¹ nº 10880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de financiar gastos relacionados à manutenção, seguros, serviços mecânicos, combustíveis para o transporte de estudantes da educação básica pública que vivem em regiões rurais e também para remunerar serviços contratados de terceiros para o transporte escolar. A gestão desta política pública envolve diversos agentes, como setores do governo e a sociedade, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Destarte, para a operacionalização do PNATE é fundamental que ocorra o planejamento das esferas que estão envolvidas. A esse respeito, para a gestão municipal transparente dos recursos do PNATE, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS²) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) se constitui como um agente estratégico para garantir a execução desta Política Pública.

O município de Vitória da Conquista localizado no semiárido baiano, possui 370.879 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2022)³ e se destaca como um importante núcleo de crescimento econômico da Bahia. Em 2021, o PIB per capita do município era de R\$ 23.907,93(vinte e três mil novecentos e sete reais e noventa e três centavos), em comparação com outros municípios, ficava nas posições 43 de 417 entre os municípios do estado da Bahia. Com base no exposto, o presente trabalho teve por objetivo analisar como a prefeitura de Vitória da Conquista geriu os recursos do PNATE no período de 2020 a 2022.

¹ Lei nº 10880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado (BRASIL, 2004)

² O Conselho de Acompanhamento e Controle Social é um colegiado que tem como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb, no âmbito das esferas municipal, estadual e federal.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>> Acesso em: 19 de abr.2023

A pesquisa está delimitada espacialmente no município de Vitória da Conquista, estando limitada temporalmente ao ano de 2020 a 2022. A escolha do período analisado se deu pelo fato deste recorte de ano ser o mais atual e teve grande influência pelo período inicial contar com um período pandêmico, pois foi possível analisar como uma política pública tão importante para a educação consegue se desenvolver mesmo em tempos atípicos.

1.1 TEMA

Gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar no Município de Vitória da Conquista –Ba

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Segundo Gil (2010 p. 33) “Na acepção científica, problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio de conhecimento”. Neste sentido, a discussão referente ao objeto de estudo torna-se importante, à medida que auxilia as direções possíveis de uma investigação e suas aplicações.

Diante disso, em um contexto que condizem circunstâncias socioeconômicas, a realidade da educação do país e a necessidade de políticas públicas voltadas para o acesso à escola, surge, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar Rural (PNATE).

As Políticas de Transporte foram criadas para beneficiar Municípios, Estados e Distrito Federal, assegurando-os no transporte dos seus estudantes da educação básica, residentes das zonas rurais.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural foi instituído, com o objetivo de garantir que alunos, habitantes em área rural, tivessem acesso à escola, bem como garantir a sua permanência, pois, uma das razões mais recorrentes para a evasão dos estudos é a dificuldade desses estudantes para chegar as escolas. Cada ente federado recebe um valor fixo por aluno da educação básica residente em zona rural.

Para o PNATE, o alcance do programa é um aspecto importante em termos do quantitativo dos seus beneficiários, pois, essa política pública atende aos estudantes de toda a educação básica. Mas será que a gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural, impacta a efetividade do transporte escolar em municípios brasileiros, considerando os desafios enfrentados na alocação, fiscalização e transparência na utilização desses recursos?

Para a contínua oferta do transporte escolar, em consonância às particularidades do Programa e também ao seu alcance, considera-se que os recursos transferidos pelo PNATE garantam, junto de outros recursos públicos o direito ao acesso à educação.

Além disso, é notório de que seus efeitos ultrapassam o acesso de estudantes rurais às escolas, e, direta ou indiretamente, ele também seja responsável pela melhoria dos indicadores educacionais.

Em relação a gestão dessa política pública será que a percepção dos gestores municipais em relação à transparência na gestão dos recursos do PNATE, está direcionada para a licitude do programa? Casos de ilegalidades com o desvio de recursos públicos do Programa Nacional de Transporte Escolar são frequentes.

Em 2017, de acordo com Jornal Diário da manhã, após apontamentos do Tribunal de Contas do Município foram expostas irregularidades relacionadas a fraudes em licitações e superfaturamento na execução de contratos durante processos licitatórios conduzidos por prefeituras no Estado de Goiás, o Ministério público foi acionado.

Em 2016, conforme o portal de notícias, o globo, uma fiscalização da Controladoria Geral da União CGU no município de Ocara-Ceará, apontou irregularidades na execução de serviços de transporte escolar, incluindo fraudes em licitação e subcontratação integral das rotas concedidas, superdimensionamento de rotas, veículos em péssimo estado de conservação e desvio de cerca de R\$ 2 milhões entre 2013 e 2015. Houve, ainda, irregularidades na construção de estádio municipal e de quadra esportiva, fraudes em licitação e atuação de um dos sócios da empresa investigada na condição de fiscal da obra executada pela própria construtora.

Diante disso, é imprescindível a importância da gestão desses recursos, atrelados a prestação de contas transparente que consiste na comprovação pelas Entidades Executoras (EEx) da execução dos recursos recebidos à conta do PNATE, este inclusive deve ser enviada por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) até 28 de fevereiro do ano subsequente ao da efetivação do crédito.

Os conselhos também são essenciais para o funcionamento do programa, estes deverão emitir o parecer conclusivo sobre a prestação de conta dos recursos repassados à conta do PNATE, pois, como os recursos do FUNDEB são de natureza pública, é preciso que alguém fiscalize a sua aplicação. Neste sentido, a legislação confere aos CACS a competência para acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos pelos programas de apoio educacional.

1.2.1 Questão – Problema

No presente trabalho, como forma de investigação do tema, levantou-se a questão: Como a prefeitura de Vitória da Conquista geriu os recursos do PNATE no período de 2020 a 2022?

A partir da delimitação da questão problema faz se necessário um caminho para ir ao encontro do objetivo da pesquisa a ser alcançado, para isso as questões secundárias são importantes, pois, elas conduzem a questão principal.

1.2.2 Questões Secundárias

Desta forma as questões secundárias são:

- a) Como foi o montante dos recursos recebidos do PNATE para o Município de Vitória da Conquista no período de 2020 a 2022?
- b) Qual foi a natureza dos gastos dos recursos do PNATE em Vitória da Conquista em 2020 a 2022?
- c) No período analisado houve algum apontamento do Tribunal de Contas do Município?
- d) Houve alguma dificuldade na gestão dos recursos do PNATE?

A partir da formulação das questões secundárias, foi necessário, determinar os objetivos em relação à intenção da pesquisadora ao propor tais questionamentos, desta forma, os objetivos devem estar coerentes tanto para o que precisa alcançar, quanto para os detalhes específicos que farão parte dos desdobramentos da pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

Conforme Lakatos (2017, p. 33), toda pesquisa deve ter um objetivo determinado com a intenção de aonde quer chegar. Portanto, os objetivos são necessários para que o pesquisador possa determinar os fins a que se deseja atingir com a pesquisa, ou seja, as contribuições que a mesma poderá trazer para a realidade investigada. Os objetivos devem estar relacionados ao problema formulado, possuindo, na maioria das vezes, natureza geral e específica.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral, na perspectiva de resolução do problema investigado, buscou analisar como a prefeitura de Vitória da Conquista geriu os recursos do PNATE no período de 2020 a 2022.

1.3.1 Objetivos específicos

Os objetivos específicos referem-se aos diferentes pontos de destaque ou etapas a serem realizadas para se atingir o objetivo geral. Nos objetivos específicos a pesquisa procurou o seguinte:

- a) Identificar e avaliar o montante dos recursos recebidos do PNATE para o Município de Vitória da Conquista;
- b) Verificar a natureza dos gastos com os recursos do PNATE;
- c) Verificar se no período analisado houve algum apontamento do Tribunal de Contas do município;
- d) Identificar se houve dificuldades na gestão dos recursos do PNATE.

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

Como mencionado anteriormente, a formulação clara de um problema de pesquisa é o primeiro passo a ser dado em um estudo científico. No entanto, cria-se uma expectativa para que esse problema seja resolvido. Por isso a necessidade de construção de hipóteses para que supostas respostas sejam relacionadas ao problema.

A hipótese é uma afirmação específica de previsão. Ela descreve o que se espera que ocorra na pesquisa (Gil, 2010 p .47). Nesse sentido, corresponde uma resposta antecipada ou provisória ao problema a ser investigado e que pode ser colocado à prova no momento em que se tenta comprová-lo.

Dessa maneira, formulou-se a seguinte hipótese: A gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) pela prefeitura de Vitória da Conquista, no período de 2020 a 2022, pode ter sido influenciada por diversos fatores, tais como políticas públicas municipais, a dinâmica econômica local, a disponibilidade orçamentária, bem como a efetividade das práticas de controle e transparência na aplicação desses recursos. Supõe-se que a eficácia na alocação e utilização dos recursos do PNATE durante esse período pode ter impactado diretamente na qualidade e na disponibilidade do transporte escolar, afetando, conseqüentemente, o acesso dos estudantes à educação.

A partir da hipótese de pesquisa é necessário refletir o porquê da realização do estudo científico, procurando identificar as razões da preferência pela temática e sua importância em relação a outros temas, neste sentido, são apresentadas as justificativas para que o tema seja abordado com as razões que motivaram o desenvolvimento da pesquisa.

1.5 JUSTIFICATIVA

Para Cervo e Bervian (2002, p. 127), a justificativa tem o objetivo de demonstrar a legitimidade, a pertinência e o interesse do pesquisador em lidar com o tema proposto. É o momento de mostrar qual o significado e relevância, destacando-se aquelas de caráter pessoal, acadêmico, profissional e social.

No âmbito pessoal, investigar sobre a gestão dos recursos do PNATE no município de Vitória da Conquista, demonstra notória relevância, pois possibilitou uma relação interpessoal com a pesquisadora, visto que, essa pesquisa, reporta para as suas vivências construídas no início da sua educação básica, quando vivenciou de perto a execução desse programa na condição de usuário do serviço público de transporte.

Ainda nesse período (ensino fundamental), a medida em que se deslocava de sua casa para a escola, até este momento, não havia a curiosidade de pesquisar sobre esta Política Pública. Desta maneira, estudar sobre o PNATE só foi possível no momento do seu ingresso na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia(UESB) quando passa-se a ter contato com as disciplinas e literatura relacionada a área pública, a partir de então foi possível entender que havia uma identificação do ponto de vista pessoal com aquele programa e isso despertou a curiosidade e inquietação no sentido de ampliar os horizontes de conhecimento sobre o PNATE e no uso dos recursos por parte dos municípios.

No âmbito acadêmico, através de experiências das participações em Grupos de Pesquisas e Iniciação Científica da UESB, houve uma interação com estudos e produções científicas dessa área, despertando para a pesquisadora o interesse de ampliar as discussões a respeito do PNATE. Nesse sentido, o estudo poderá resultar em fontes bibliográficas e até mesmo inspiração para desenvolvimento de pesquisas científicas vindouras. Poderá, ainda, resultar em apresentações em eventos da Universidade o que certamente contribuirá para fortalecer a imagem da Instituição e a credibilidade de seu ensino, pois, estudos sobre a gestão municipal do PNATE são poucos explorados e possibilitará que se amplie a visão acadêmica para esta temática.

A respeito da relevância a nível social, este trabalho pode ser considerado como um instrumento de transparência, pois, a sociedade poderá conhecer como está sendo gerido e executado o PNATE no seu município (especificamente em Vitória da Conquista-Ba) visto que, muitas vezes esse assunto é pouco explorado e possibilitara o conhecimento de dados, análises e pesquisas sobre o uso dos recursos. Poderá impactar positivamente gestores, contadores e a sociedade principalmente do município de Vitória da Conquista. Os gestores poderão se situar sobre a importância do acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos ao município,

ademais, os conselheiros do CACS poderão ser auxiliados através das informações abordadas nos resultados apresentados.

Além disso, a população poderá ser orientada quanto à política de transparência adotada para o acompanhamento dos atos da gestão pública, despertando-a para a necessidade de analisar as informações fornecidas pela administração e de como buscar maiores esclarecimentos sobre a utilização dos recursos públicos.

Além das justificativas apresentadas, o trabalho passará por uma investigação detalhada, que busca responder o problema proposto, amparado em mecanismos científicos. Neste sentido, essa pesquisa científica seguirá todos os processos e normas metodológicas para que a análise proposta seja conduzida.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento deste trabalho será feito uma investigação qualitativa com particularidades quantitativas e cujos objetivos são exploratórios e descritivos. A pesquisa será apoiada pela combinação de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de levantamento.

A pesquisa está delimitada espacialmente no município de Vitória da Conquista, estando limitada temporalmente ao ano de 2020 a 2022. O universo amostral é composto pelas demais entidades da Secretaria da Educação e de Transparência do município. O referencial teórico possibilitou a compreensão do tema.

1.7 VISÃO GERAL

Este trabalho foi estruturado em 5 capítulos: O primeiro traz os elementos essenciais da pesquisa, além da introdução (objeto de estudo, problemática, objetivos, justificativas etc), o segundo aborda a sustentação teórica apresentada pelo referencial teórico subdividido em 3 partes, contendo o estado da arte, o marco conceitual, que explica de um modo geral, os conceitos determinantes para o entendimento sobre acesso à educação, política pública e gestão municipal, e o marco teórico que traz a informação discutida de forma mais aprofundada, trazendo à luz pontos fundamentais que possam trazer relevância e direcionamento para o estudo, como o planejamento da gestão municipal e as políticas públicas educacionais especificamente o PNATE, apresentado também o envolvimento das atribuições do conselho de acompanhamento do controle social na prestação de contas.

Em seguida, apresenta-se o terceiro capítulo com as escolhas metodológicas, seguindo do quarto capítulo que contempla a análise dos dados apresentados, por fim, o quinto capítulo,

que apresenta as conclusões da investigação. Ainda serão incluídos ao final como elementos pós-textuais, as referências, os anexos e apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo contemplar, de forma teórica, a revisão de literatura. Seguindo uma estrutura organizada, que se subdivide em três partes: Marco Conceitual, Estado da Arte e Marco Teórico.

No marco conceitual são apresentadas os conceitos fundamentais e explicações dos termos que o leitor pode não contemplar com o seu conhecimento. O Estado da arte refere-se ao mapeamento de produções acadêmicas, com um quadro de pesquisas já produzidas para corroborar com a área de estudo, nele aparece as bases teóricas com a relevância e predominância do tema pesquisado. Por fim, o marco teórico traz a discussão teórica do tema, apoiado em estudos de diversos autores garantindo a notoriedade da pesquisa.

2.1 MARCO CONCEITUAL

Política pública refere-se ao conjunto de ações, decisões e medidas adotadas pelo governo para abordar questões específicas da sociedade. Elas são desenvolvidas para atender às necessidades e demandas da população em diferentes áreas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, habitação, entre outras

É importante destacar que as políticas públicas são desenvolvidas em diferentes estâncias governamentais, como o governo federal, estadual e municipal, e podem ser resultado de uma combinação de esforços entre o governo, organizações não governamentais, setor privado e a sociedade civil.

Atualmente há diversas acepções diferentes relacionados ao conceito de Políticas Públicas. Destaca-se o de Teixeira (2002, p. 3):

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Teixeira (2002) elabora um conceito que compreende aspectos de uma definição habitual, como a aplicação de recursos públicos e a execução de ações conforme regras

estabelecidas pelo Estado e pela sociedade. No entanto, ele também destaca a ausência em certas ações que são parte integrante das Políticas Públicas. Atualmente, é comum afirmar que sua finalidade consiste em fomentar a qualidade de vida da sociedade através da aplicação dos recursos públicos.

Os recursos públicos são direcionados para atender às necessidades de toda a população e são gerenciados exclusivamente por seus representantes legais. Portanto, a prestação de contas é uma responsabilidade que todas as organizações devem cumprir durante o exercício financeiro, como é transcrito pela Constituição Federal.

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” (CF, 1988).

A prestação de contas deve aderir à legislação em vigor, seguindo todos os regulamentos legais. Constitui uma chance para os gestores evidenciarem, dentro dos padrões legais, que desempenharam de maneira consistente o seu papel como representantes da sociedade.

As políticas públicas educacionais podem ser consideradas também como ações que promovam a garantia do direito a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) reforça esse direito colocando o transporte escolar como uma das obrigações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O Governo Federal colocou em prática a política do transporte escolar, a qual é executada por meio de dois programas: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar Rural (PNATE), cujo processo e mecanismo visam garantir a transferência e recursos para manutenção do transporte escolar, ambos atendem alunos moradores da zona rural

O PNATE e o Caminho da Escola, foram pensados para isto, ou seja, facilitar o acesso à educação. Nesse sentido, podemos dizer que o transporte escolar, em certa medida, poderia contribuir com a garantia do direito a educação de milhares de crianças, jovens e adultos em todo o país.

2.2 ESTADO DA ARTE

Este tópico contempla o estado da arte, aqui, as pesquisas realizadas sobre determinados temas são organizadas para serem identificados o que os pesquisadores já publicaram sobre o assunto, assumindo um caráter bibliográfico, onde serão feitas de forma descritiva.

Para Haddad (2000 p. 4) o estado da arte, permite “identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura”.

Na busca pelas publicações, foram utilizadas as seguintes palavras chaves e temas: PNATE, prestação de contas do PNATE, Gestão dos recursos da educação rural, gestão de políticas públicas da educação e etc. No Quadro 1 “Estado da Arte” são apresentados os resultados da busca.

Quadro 1 – Estado da Arte a respeito da Temática: Gestão dos recursos do PNATE

TIPO	TÍTULO	AUTOR (ES)	ANO	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/LUGAR	DATA DE ACESSO
Artigo	Gestão dos recursos do PNATE : Primeiras aproximações	Liliane Leite Costa e Márcia Mineiro	2023	UESB	Explicitar em linhas gerais, o funcionamento do PNATE. Reconhecer os responsáveis pela gestão do PNATE, bem como, evidenciar a função do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS/FUNDEB)	https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/12483	10-07-2023

Artigo	A política do transporte escolar no Brasil	Ana Paula Monteiro de Moura	2011	UFPI	O Estudo discute a política federal do transporte do Brasil.	https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AnaPaulaMonteirodeMoura-ComunicacaoOral-int.pdf	22-11-2023
Artigo	Políticas públicas educacionais: Gestão dos programas PNAE e PNATE em um município do sul do maranhão	Carlos Adam Andrews Timóteo dos santos e Leonardo dos santos Bandeira	2017	Unieducar Inteligência Educacional	Tratar a forma como o ente federado no âmbito municipal gerencia recursos-receitas destinados ao PNAE e PNATE.	https://semanaacademica.org.br/artigo/politicas-publicas-educacionais-gestao-dos-programas-pnae-e-pnate-em-um-municipio-do-sul-do	20-10-2023

Artigo	Atuação do programa nacional de apoio ao transporte escolar no município de vitória da conquista	Geisa sales; Jozelma Ulisses;Edinilton Lemos de Souza	2018	UESB	Analisar a atuação do PNATE no ponto de vista dos alunos	http://www2.uesb.br/eventos/politica_publicas/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_27.pdf	20-11-2023
TCC	Gestão, educação e programas educacionais	Silvana Broetto Silva	2016	UFSM, RS	Apresenta um estudo sobre a gestão, educação e programas educacionais com objetivo de analisar o processo de gestão dos programas educacionais federais destinados à educação municipal.	https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19332/TCCE_GEM_EaD_2016_SILVA_SILVANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y	06-07-2023

TCC	Aplicabilidade, controle e equilíbrio financeiro e orçamentário da gestão pública, com ênfase na viabilização dos recursos destinados aos programas PDDE, PNAE e PNATE para a Prefeitura Municipal de Caucaia, no ano de 2015 a 2019.	Mábia tereza matos souza	2020	Centro Universitário Fametro UNIFAMETRO	Aborda sobre os programas PDDE, PNAE e PNATE criados pelo Ministério da Educação, voltados a educação básica, com o objetivo de analisar a administração dos recursos de acordo com receitas, despesas e o equilíbrio na destinação para que aconteça uma qualidade não somente de ensino, como também da estrutura das escolas, transporte de qualidade aos alunos que moram distante das unidades e alimentação acompanhada por profissionais da área no período de 2015 a 2019.	http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/197/1/M%c3%81BIA%20TEREZA%20MATOS%20SOUZA_TC.pdf	23-07-2023
-----	---	-----------------------------------	------	--	--	---	------------

TCC	O transporte escolar em nazaré: um estudo sobre o alcance do pnate e a garantia de direito	Luimar luiza pereira da rocha	2017	UFT	Estudo sobre garantia de direito a educação por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e tem como objetivo da pesquisa analisar se o Transporte escolar para quem faz o trajeto dos povoados e vilas para Nazaré – TO, tem contribuído para assegurar o direito à educação. Em outras palavras como se dá o Transporte escolar para quem faz o trajeto dos povoados e vilas para Nazaré – TO e em que medida ele assegura o acesso à educação para estas crianças	http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1557/5/Luimar%20Luiza%20Rocha%20-%20TCC%20Pedagogia.pdf	28-08-2023
-----	--	-------------------------------	------	-----	--	---	------------

Artigo	A importância do transporte escolar na educação: um estudo de caso sobre transporte escolar no município de guaratuba – paraná	Débora Ribeiro Gonçalves e Clóvis Wanzinack	2020	Caderno de administração e gestão pública da universidade federal do paraná gestussetor litoral	Refere-se à gestão do transporte escolar no município de Guaratuba - Paraná. O objetivo é demonstrar a importância do orçamento público no funcionamento do transporte escolar e a preocupação com a uniformização das normas prevista constitucionalmente verificando a prestação de contas na aplicação dos recursos aplicados.	https://ojs.homologa.ufpr.br/gestus/article/view/82813	23-08-2023
Artigo	A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica	Andreia Couto Ribeiro e Wellington Ferreira de Jesus	2014	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Apresenta a situação do investimento público federal para os programas de transporte escolar mantidos pelo governo federal para atendimento da educação básica. São analisadas a estrutura orçamentária, as fontes de recursos, as condições de execução das ações e a expansão	http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2176-66812014000300696&script=sci_abstract	01-09-2023

					do atendimento no intervalo de 2003 a 2012		
--	--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Compilação da Internet - Elaboração Própria (2023)

2.3 MARCO TEÓRICO

O Marco Teórico abrange estudos anteriores, por isso, a temática da pesquisa é discutida de forma mais aprofundada, trazendo à luz pontos fundamentais que trazem relevância e direcionamento para o estudo.

Neste sentido, serão apresentados embasamentos teóricos de autores de maior relevância, utilizados na pesquisa, eles são cruciais para o entendimento sobre o tema estudado, bem como os principais conhecimentos que serviram para fundamentar o texto. Inicialmente, serão estudados os aspectos da Gestão de Políticas Educacionais, além das principais Políticas Públicas de Transporte Escolar no Brasil, somado a isso, será abordado alguns aspectos contábeis e orçamentários.

2.3.1 Gestão de políticas educacionais

Em 1988, por meio da Constituição Federal Brasileira, foi estabelecido uma reestruturação das relações sociais e institucionais na administração das políticas públicas.

A gestão das iniciativas sociais públicas passa a ser fundamentada na colaboração entre o Estado e a sociedade, pois, segundo Carvalho (1999, p. 15) “a gestão social tem, com a sociedade e com os cidadãos, o compromisso de assegurar, por meio das políticas e programas públicos, o acesso efetivo a bens, serviços e riquezas da sociedade. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente”.

Na literatura, a palavra gestão, tem vários conceitos. Para este estudo em específico, será utilizado a concepção de Cury (2002, p. 7), para ele a gestão é:

[...] um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivados deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se *gestatio*, ou seja, gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer brotar, germinar, fazer nascer.

Nesse contexto, a gestão não se torna uma ação isolada, mas uma ação coletiva, pois procura promover o diálogo e oferecer aos membros da instituição, oportunidades para expressar suas ideias. Seguindo o mesmo raciocínio, Dias (2004, p. 217) destaca que gestão “consiste na condução dos destinos de um empreendimento, levando-o a alcançar seus objetivos”. Em qualquer instituição, a gestão se torna imprescindível para o alcance de seus

objetivos. Para isso, todo gestor deve realizar um planejamento organizado, direcionando as atividades relacionadas a sua instituição.

Na área da gestão, em específico na gestão educacional, ela tem como objetivo a criação de novas oportunidades, além de supervisionar os sistemas de ensino. Seguindo o mesmo raciocínio, para Luck (2009, p. 35):

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos, das escolas, compromisso com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo, de participação e compartilhamento, autocontrole e transparência.

Por isso, ela é muito ampla e desafiadora. Um gestor educacional deve iniciar seu trabalho compreendendo a realidade da educação do seu município, fazendo um levantamento de informações sobre a situação educacional, considerando as informações pedagógicas, financeiras e administrativas do seu ambiente de atuação. Só depois desse levantamento é possível planejar ações para aprimorar os aspectos identificados durante o estudo.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 211 nos diz que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”, dessa maneira, quando o gestor trabalha em conjunto com os entes federados, na funcionalidade programas federais e estaduais ele está fazendo um trabalho de colaboração. Ou seja, colabora com os entes federativos na implementação de programas federais e estaduais, operando em concordância com o princípio de colaboração entre a União e os Municípios na organização dos sistemas de ensino, conforme previsto na legislação. Por isso a gestão educacional, principalmente municipal, lida diariamente com programas de diferentes esferas governamentais, e sua implementação é feita considerando as diretrizes das leis vigentes, já que tais programas podem afetar significativamente a gestão da educação.

A gestão financeira em políticas públicas tem como propósito monitorar o patrimônio da instituição, calcular resultados e disponibilizar informações às partes interessadas em analisar a situação patrimonial e o desempenho da organização, visando à tomada de decisões. Segundo Marion (2009, p. 25)

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A Contabilidade desempenha um papel crucial na gestão financeira, exigindo que o gestor tenha habilidades bem desenvolvidas. É vital que ele compreenda a gestão dos recursos financeiros para atingir as metas planejadas. Os gestores públicos têm a responsabilidade de administrar os recursos financeiros de acordo com normas e leis específicas. O descumprimento dessas normas pode resultar em sanções previstas por lei.

A lei complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece orientações para os gestores públicos em relação à administração dos recursos financeiros em todo o território nacional. Segundo Pereira (2010, p. 236):

O propósito da LRF é elevar a transparência na gestão do gasto público, permitindo que os mecanismos de mercado e o processo político sirvam como instrumento de controle e punição dos governantes que não agirem de maneira correta. Ao mesmo tempo, espera-se que os bons administradores sejam premiados com reconhecimento da população e do mercado, inclusive com maior acesso a crédito

Nesse contexto, é evidente que a gestão financeira desempenha um papel vital em todas as instituições, permitindo uma compreensão ampla da situação patrimonial e influenciando significativamente as decisões diárias. Da mesma forma, a gestão de recursos humanos, ao focalizar as pessoas, também desempenha um papel crucial ao assessorar a direção da organização, impulsionando mudanças e modernizando sua estrutura. Segundo Chiavenato (2008, p. 20):

A gestão de pessoas no setor público possui algumas particularidades. Ao contrário do que acontece no setor privado, onde o gestor pode contratar indivíduos que apresentem características vantajosas para a empresa, no setor público, a lei exige que as contratações sejam feitas mediante concursos públicos. É por esse motivo que no âmbito do setor público ações de desenvolvimento profissional são cruciais, pois os elementos podem aprender a progredir na carreira, e não aprendem só a cumprir as suas funções atuais de forma mais eficaz.

Compete à área de gestão de pessoas conduzir práticas de gerenciamento, planejamento, avaliação e recompensas, visando estabelecer e preservar um ambiente profissional e positivo dentro da organização.

2.3.2 Políticas Públicas do Transporte Escolar do Brasil

A educação é dever do Estado, da família e também da sociedade, pois, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, determina: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por isso, além de garantir o acesso a ela, são necessárias ações que tenham o objetivo de fazer com que alunos cheguem nas escolas e também permaneçam. As ações que proporcionam a permanência dos alunos nas escolas podem ser entendidas como fatores sociais de qualidade da educação.

Silva (2009, p. 224) classifica tais fatores como: fatores socioeconômicos, fatores socioculturais, financiamento público adequado e compromisso dos gestores centrais. Os fatores econômicos, diz respeito as condições de moradia, condições de trabalho e renda dos integrantes familiares do educando. Em relação aos fatores socioculturais, há influência na escolaridade, hábitos de leituras e incentivo dos pais em relação a formação dos filhos.

O aspecto do financiamento público, diz respeito ao âmbito econômico sobre a execução e aplicação dos recursos públicos nas escolas, a transparência administrativa e financeira na utilização dos recursos. Nesta esfera de financiamento público há o exemplo do Programa Nacional de Alimentação por meio de ações de educação alimentar nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo dos estudantes.

A ação representada pelas políticas públicas do transporte escolar, como o PNATE, foi criada e instituída por lei em um cenário de desigualdades e de falta de oportunidades. “É nesse cenário de disparidades sociais e necessidades educacionais que a política do transporte escolar foi instituída no Brasil, visando a garantir condições de acesso dos estudantes à escola” (MONTEIRO, 2013, p. 3).

A política de transporte escolar no Brasil foi estabelecida por meio de três programas, na esfera do Ministério da Educação (MEC): o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar Rural (PNATE) e o Programa Caminho da Escola.

Em junho de 1994, o PNTE foi criado com a finalidade de contribuir financeiramente com o acesso à educação.

Por meio da Portaria Ministerial no 955, de 21 de junho de 1994, com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e organizações não-governamentais (ONGs) para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais. (SOUZA, 2006, p. 25)

Inicialmente, previa-se que o deslocamento dos beneficiários do PNTE, não se restringia para unidades escolares rurais, mas também para a zona urbana, desde que se cumprisse o trajeto para a escolarização do ensino fundamental.

Dentre as exigências impostas para participação pelo programa, visando à aquisição de veículo, destacaram-se a obediência às legislações referentes ao trânsito, no âmbito federal, estadual e municipal, a necessária habilitação do motorista ou condutor do barco e assumir a manutenção e a conservação do transporte. Para receber os recursos repassados pela União, era demandado ao órgão municipal o preenchimento de formulários, a entrega de documentação, a comprovação de regularização fiscal e o pagamento de contrapartida do valor do total do projeto, que variava entre 10% e 20%, dependendo da região do município. O compromisso se concretizava ao fim com a celebração de convênio entre as partes (BRASIL, 1993).

Em 1995, o programa contou com um novo redimensionamento de atendimento aos municípios, incluindo as opções de veículo com a possibilidade de peruas e alteração do tempo de uso dos mesmos, que deveriam ter no máximo, três anos de fabricação.

Após o seguimento de uma tendência de descentralização e de municipalização, com transferência automática de recursos, a política de transporte foi modificada em 2004, priorizando a flexibilização e autonomia das ações por parte dos entes federados. Foram criados dois programas: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) em 2004 e, em 2007, o Caminho da Escola.

Em 2007, surgiu o Programa Caminho da Escola com o propósito de assegurar que os estudantes que moram em regiões rurais e ribeirinhas tenham acesso diário à educação e possam permanecer nas escolas públicas de educação básica. “O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões, onde normalmente há dificuldades para se chegar às unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar” (BRASIL, 2007). Além disso, promove a participação dos alunos em atividades pedagógicas, esportivas, culturais, alinhadas com a escola e realizadas fora do ambiente escolar.

O programa disponibiliza ônibus, embarcações e bicicletas projetados especificamente para operar nessas áreas, onde geralmente é desafiador acessar as instituições educacionais, sempre com foco na segurança e na qualidade do transporte escolar.

Existem três formas para entes federativos adquirirem veículos do Caminho da Escola: assistência financeira do FNDE no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), conforme disponibilidade orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual; recursos próprios; ou linha de crédito junto a instituições financeiras (exceto para bicicletas). Independentemente da origem dos recursos, é obrigatória a adesão à

Os beneficiários do Caminho da Escola são os alunos de escola da rede pública da educação básica, sendo prioritário, na zona rural. Sua adesão ao programa se dá pelos Estados, municípios e distrito federal. A base legal desta política pública é apresentada pelo Decreto nº 6.768 de 11/02/2009, que disciplina o programa; a Resolução FNDE nº 45 de 20/11/2013, que dispõe sobre os critérios para a utilização dos veículos de transporte escolar adquiridos; a Lei nº 12.695 de 25/07/2012 que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR e pelas Resoluções FNDE nº 3 e nº de 4/2020 que estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito dos terceiro e quarto ciclos do PAR.

Em relação aos tipos de veículos de acordo com o artigo 2º da Resolução do FNDE nº 3 de 28 de março de 2007 “Consideram-se veículos de transporte escolar, aqueles adquiridos por meio de adesão à ata de pregão eletrônico para registro de preços do FNDE. Conforme é especificado no quadro 2.

Quadro 2-Veículos de transporte escolar caminho da escola

Ônibus Escolar	Bicicleta Escolar	Lancha Escolar/ Barco Escolar
Veículo rodoviário automotor de passageiros	Veículo de propulsão humana para uso individual	Embarcação: veículo aquaviário automotor

Fonte: Elaboração própria com base na Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013

A disponibilidade desses veículos seguem critérios de atendimento, tais como disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros; melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; entes com menor número de atendimentos anteriores; capacidade operacional do ente federativo, verificada pela execução e acompanhamento de termos pactuados para Obras e do PAR (2016-2020) e vulnerabilidade econômica (IDH), além do índice de distorção idade-série, conforme a Resolução do FNDE nº 4 de 4 de maio de 2020.

Após indicação dos entes prioritários, será considerado o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB): os entes abaixo da média nacional receberão 60% dos recursos disponíveis e os entes acima da média nacional que receberão 40% dos recursos disponíveis, seguindo a mesma resolução do FNDE.

2.3.3 Do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar Rural (PNATE)

A necessidade de desenvolvimento de diversas políticas públicas, principalmente na esfera educacional, demonstra como é importante um olhar mais cuidadoso frente às necessidades da população. Muitas vezes, basta um simples exercício de observação e já se percebe onde há privação de direitos, por questões sociais, culturais e econômicas. Segundo Feijó, isso acontece (2006, p. 1), “pela desigualdade e pela falta de oportunidades” que dificultam o exercício de muitos “direitos fundamentais do cidadão”.

Ainda nesta linha de perspectiva por observação, os municípios interioranos são os que mais precisam de atenção, frente ao desenvolvimento de políticas territoriais para a articulação de medidas públicas, objetivando a melhoria e qualidade de vida da população. A esse respeito, na esfera da educação, alunos residentes em locais rurais necessitam de ações públicas que os amparem no direito ao acesso à educação.

O Programa Nacional de Transporte Escolar Rural (PNATE) é uma das políticas públicas que corrobora para o acesso à educação de estudantes que residem em áreas rurais, e que enfrentam na maioria das vezes, grandes distâncias para alcançarem o direito à educação.

Instituído pela Lei nº 10.880, em 9 de junho de 2004, sua finalidade é apoiar o transporte desses estudantes das redes públicas na educação. A partir dessa legislação específica, em 2004, o custo do transporte escolar passa também pela participação da União, através de critérios específicos para a alocação dos recursos sob a responsabilidade do FNDE, através da Medida Provisória nº 173, de 16 de março de 2004.

A legislação do PNATE atendia anteriormente apenas aos alunos residentes nas zonas rurais do ensino fundamental. Em 2009, através de uma Medida Provisória nº 455 de 2009, o programa se estende para educação básica. Isso demonstra como o alcance do Programa é um aspecto importante em termos do quantitativo dos seus beneficiários, pois essa política pública atende aos estudantes de toda a educação básica.

2.3.3.1. Dos beneficiários do programa

Os beneficiários do PNATE são os alunos rurais da educação básica, matriculados em escolas estaduais e municipais que usam o transporte escolar para o acesso à educação. Para isso as informações do Censo Escolar são essenciais, pois, como exposto por Diniz (1999, p. 156).

Sua realização se dá em todo território nacional, tendo como objetivo, a captura de dados e informações referente a todos os níveis básicos de ensino (infantil, fundamental, médio e modalidades) público e privadas, a fim de gerar dados que desencadeiam na adoção de políticas públicas efetivas.

Isso demonstra a importância dos registros do censo escolar, que auxiliam nas informações coletadas onde constam os dados de alunos matriculados nas escolas, sendo estes os dados para a montagem do valor *per capita* de repasses financeiros do PNATE para cada município ou estado.

A Resolução nº18 de 22 de outubro de 2021, que especifica critérios financeiros para o PNATE, diz em seu artigo 5º que:

1º Independentemente da localidade de residência do aluno, o montante dos recursos financeiros será destinado àquela EEx onde esse aluno foi matriculado, conforme disposto nos arts. 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996). § 2º As EEx deverão se organizar em regime de colabo1º Independentemente da localidade de residência do aluno, o montante dos recursos financeiros será destinado àquela EEx onde esse aluno foi matriculado, conforme disposto nos arts. 10 e 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996). § 2º As EEx deverão se organizar em regime de colaboração para o pleno atendimento dos casos previstos no parágrafo anterior, conforme dispõe o art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (BRASIL,2021)

Apesar da notória importância que este programa assume na educação escolar, conforme aponta Costa e Mineiro (2023, p. 151) alguns desafios são encontrados.

Sabe-se que as condições das estradas das zonas rurais pelas quais transitam os beneficiários do PNATE são, em sua maioria, precárias, aumentando a probabilidade de quebrar o veículo, danificar peças, furar pneu etc. Atuar planejando o uso do recurso, reconhecendo a frota, seu estado atual, programando manutenções, abastecimentos, entre outras atitudes de esquematização prévia da aplicação do recurso, não só podem contribuir com a vida-útil da frota, como também com o uso racional do recurso, o comparecimento dos alunos às aulas e pode salvaguardar vidas daqueles que estão dentro dos veículos.

Por isso, a importância do Estado na sua responsabilidade para a execução desses direitos, principalmente pela oferta de ensino e também pelo acesso a ele, neste sentido, o PNATE, sendo uma das mais importantes políticas públicas destinadas ao acesso à educação tem como objetivo não só de custear despesas financeiras, como também, de proporcionar condições, para tornar-se de forma efetiva a educação escolar, como uma provedora de transformação social na sociedade civil.

2.3.3.2 Da destinação e movimentação dos recursos

Para a definição do montante de recursos destinados para cada município, essa política pública dispõe conforme a Resolução Nº 18, de 22 de outubro de 2021 o seguinte:

Art. 7º O montante dos recursos financeiros a serem destinados anualmente às EEx é o resultado da multiplicação do valor per capita definido para cada município pelo número de alunos matriculados na rede de ensino pública da educação básica, residentes em área rural que utilizem o transporte escolar, registrado no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no ano imediatamente anterior ao ano do repasse. § 1º Os valores per capita de que trata o caput considerarão as diferenças regionais, geográficas, educacionais e operacionais do transporte escolar de cada EEx, obedecida a metodologia composta por variáveis que possibilitem a atualização anual em conformidade com o Anexo – Assistência Financeira do PNATE, que poderão ser alterados por decisão do Conselho Deliberativo do FNDE, desde que respeitados os critérios previstos neste artigo. (BRASIL, 2021)

O custo do transporte escolar varia de região para região, isso se justifica, pelas particularidades e capacidade de financiamento de cada estado, prezando pela equidade nos critérios de repasses dos recursos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB) é responsável pela transferência dos recursos suplementares da União. Estas transferências são enviadas para as contas bancárias da unidade (s) executora (s) de acordo com as informações obtidas com o total de matriculados no censo escolar do ano anterior.

Os valores dos recursos transferidos ao ente executor (Estados, Distrito Federal e Municípios) será definido pelo valor *percapita*/anual e podem sofrer alterações. Para isso esses valores são transferidos em dez parcelas anuais de fevereiro a novembro de cada ano correspondendo a 20 dias letivos do mês.

Os órgãos gestores são responsáveis pela execução, definição da política pública, e fiscalização. São eles:

Ministério da Educação – Define a política pública, estabelece critérios e diretrizes para o programa;
INEP/MEC – Consolida os dados do censo escolar utilizados para calcular o repasse aos entes federados;
FNDE/MEC – Executa a política pública, transferindo os recursos aos entes federados no âmbito do programa, avaliando e monitorando a execução do PNATE nos estados, Distrito Federal e municípios. Também é responsável pela análise dos processos de prestação de contas;
Conselhos do FUNDEB – Responsável por fiscalizar o transporte escolar nos respectivos entes federados, também analisa em primeira instância as prestações de contas elaboradas pelos estados, Distrito Federal e municípios. (BRASIL, 2004)

O FNDE tem a competência de divulgar cada exercício financeiro, como são feitos os cálculos e o valor a ser repassado para cada ente estadual e municipal, bem como as informações a respeito da execução desses repasses.

Esses repasses tem uma destinação específica amparada por lei, servem para:

(...) custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar (BRASIL, 2004)

Nessa perspectiva de destinação de repasses, é imprescindível a organização das políticas públicas em conjunto com os responsáveis pela execução das mesmas, pois estão intimamente ligadas a materialização do ato público nas ações governamentais. A Constituição Federal de 1988 nos artigos 205 a 214 aborda a importância do tema da educação e também a necessidade de deixar definido as condições do direito a ela. Só a partir dela, os dispositivos legais consolidaram a educação como um direito social.

2.3.3.3 Do Conselho de Acompanhamento e Controle Social

Para que haja uma gestão municipal transparente dos recursos do PNATE, o conselho de acompanhamento e controle social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) se apresenta como um agente estratégico para garantir a execução desta política pública.

A necessidade da transparência das ações dos programas sociais, tornou-se um dos pilares da viabilização dos direitos fundamentais. A esse respeito o CACS é um importante agente de controle social participativo no acompanhamento, fiscalização e envolvimento no processo de gestão de algumas políticas públicas.

O PNATE atribui ao CACS a responsabilidade de acompanhar as etapas relacionadas à previsão do orçamento, a distribuição e aplicação dos recursos além da comprovação da alocação dos mesmos. Conforme esclarece Gomes (2008, p. 21)

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (antigo FUNDEF) é um colegiado formado por representações sociais variadas, e sua atuação deve acontecer com autonomia, sem subordinação e sem vinculação à administração pública estadual ou municipal.

Diante disso, ele não pode ser considerado como uma unidade administrativa do governo municipal, mas sua responsabilidade deve ser conferida ao interesse público, buscando o aprimoramento da sua relação formal com os entes administrativos públicos, responsável pela gestão e aplicação dos recursos públicos oriundos do PNATE.

Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela estrutura e funcionamento dos conselhos, como por exemplo: custeio de deslocamento para atividades de

controle social que possam surgir, disponibilidade de infraestrutura adequada para que se realizem reuniões, atividades administrativas, computadores e acesso à internet para realizar o parecer, relatórios, atas etc, necessários para a realização a rede de conhecimento do FUNDEB. Na tabela 1 é possível observar melhor a composição do CACS/FUNDEB no âmbito municipal.

Tabela 1-Membros do conselho no âmbito municipal

Representantes do (a)	Nº de membros do antigo FUNDEB	Nº de membros do atual FUNDEB
Secretaria municipal de educação ou órgão equivalente	1	-
Poder executivo Municipal, dos quais pelo menos um da secretaria municipal de educação ou órgão educacional equivalente	-	2
Professores e diretores da escola pública de ensino fundamental	1	-
Professores da educação básica	-	1
Diretores das escolas básicas públicas	-	1
Pais de alunos	1	-
Pais de alunos da educação básica pública	-	2
Servidores de escolas públicas de ensino fundamental	1	-
Servidores técnicos administrativos de escolas básicas públicas	-	1
Estudantes de educação básica pública, um dos quais indicados pela entidade de estudantes secundaristas	-	2
Conselho municipal de educação (Quando houver)	1	1
Conselho tutelar a que se refere a Lei nº 8069 de 13/07/1990	-	1
Composição mínima de:	4 membros	9 membros

Fonte: Gomes (2008, p. 24).

Não há remuneração quanto à participação dos conselheiros, no entanto é uma importante participação social, seu funcionamento implica em busca de prestação de esclarecimentos quanto aos recursos recebidos e da execução destes fundos.

É notório que quanto maior participação dos representantes/membros do CACS/FUNDEB maior é a possibilidade de fiscalização e melhoria do acesso à educação tornando assim uma parcela significativa de representantes sociais no envolvimento do controle social das políticas públicas, especialmente do PNATE.

2.3.3.4 Da prestação de contas e da fiscalização da aplicação dos recursos do PNATE

Para o funcionamento do PNATE e das demais políticas educacionais é importante que esses recursos sejam usados de forma eficiente em relação a sua gestão financeira. Pensando nisso, a resolução do FNDE nº 12/2011 art. 7º, § 11º nº 12/2011 dispõe sobre a reversão e devolução de valores para o fundo de desenvolvimento. Por isso, é comum a legislação proibir que os recursos fiquem em contas bancárias sem rendimentos de juros. De acordo com o art. 4º, § 2º da Lei nº 10.880/04 que é a lei que estabelece normas referentes ao PNATE, os saldos que não foram utilizados no final do exercício, poderão ser utilizados no exercício posterior, previsto no orçamento do município.

§ 2º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta dos Programas a que se refere o caput deste artigo, existentes em 31 de dezembro, deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos de regulamentação do Conselho Deliberativo do FNDE. (BRASIL, 2004)

Porém, “a parcela dos saldos incorporados que exceder a 30% (trinta por cento) do valor previsto para os repasses à conta do PNATE, no exercício no qual se der a incorporação, será deduzida daquele valor” (art. 4º, § 3º da Lei nº 10.880/04). A legislação ainda estabelece outros critérios.

§ 1º Fica o FNDE autorizado a suspender o repasse dos recursos do PNATE nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009) I - omissão na prestação de contas, conforme definido pelo seu Conselho Deliberativo; (Redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009) II - rejeição da prestação de contas; (Redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009) III - utilização dos recursos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa, conforme constatado por análise documental ou de auditoria. (Incluído pela Lei nº 11.947, de 2009 (BRASIL, 2004)

Diante disso, na mesma ordem de importância do repasse, está o uso concreto do recurso e isso requer um planejamento que dê à verba do PNATE um caráter de manutenção preventiva

e de compras programadas, evitando que o dinheiro seja usado para dar soluções parciais ou provisórias de problemas de emergência e urgência.

Como mencionado anteriormente, no Brasil, é de responsabilidade do Estado transferir os recursos para órgãos que usam estes repasses constitucionais de transferências para fundos e programas que visam à criação, manutenção e melhoria do transporte público de estudantes na área rural.

A participação estatal é de extrema importância para a melhoria do transporte desses estudantes, pois, na maioria das vezes, (quase sempre) é a única forma que eles dispõem em chegar na sala de aula. Assim, o transporte escolar é essencial para garantir que os alunos da zona rural da educação básica possam iniciar e concluir seus estudos.

Por ser um recurso público, sua aplicação pode ser fiscalizada de forma permanente, pois, cada recurso público recebido requer a obrigação de realização de prestação de contas. “Cada programa apresenta diferentes formatos e sistemas para realizá-la, mas o objetivo é o mesmo: a comprovação, ou não, da correta aplicação dos recursos repassados, conforme determinado pela legislação pertinente” (BRASIL, 2019)

Andrade (2017) conceitua a prestação de contas da seguinte maneira:

A prestação de contas é o demonstrativo organizado pelo agente, entidade ou pessoa responsável, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesa, dos demonstrativos contábeis e seus anexos, que devem sofrer análises do ordenador de despesas, e que, se não encaminhada ao órgão responsável dentro do prazo preestabelecido, fará parte integrante de sua tomada de contas pelos órgãos fiscalizadores. (ANDRADE, 2017, p. 675)

Seguindo esse raciocínio, em relação a prestação de contas do PNATE, ela passa pelo envolvimento da demonstração da utilização total, ou parcial, dos recursos financeiros recebidos, incluindo os rendimentos provenientes de aplicações.

Na esfera do FNDE, a prestação de contas será avaliada pelas áreas técnica e financeira, que expressarão suas conclusões por meio de pareceres. A prestação de contas do PNATE deve ser elaborada no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC).

Art. 27. Os registros inseridos no SigPC, os extratos bancários fornecidos pelas instituições bancárias e os demais elementos que o FNDE julgar pertinentes, a exemplo dos relatórios de fiscalização, auditoria, monitoramento, etc., serão utilizados pela Autarquia para apurar a regularidade das contas bem como o cumprimento dos objetos e o alcance do objetivo do Programa. (BRASIL, 2004)

Desta forma, a participação do CACS é crucial para assegurar a adequada aplicação dos recursos e para garantir a continuidade das transferências aos Municípios, Distrito Federal e Estados. A ausência de seu parecer pode resultar na suspensão dos futuros repasses dos Programas de Transporte Escolar.

Art. 29. Os Conselhos de que trata o art. 21 deverão emitir parecer conclusivo sobre a prestação de contas dos recursos repassados na conta do PNATE, no Sistema de Gestão de Conselhos no prazo de quarenta e cinco dias após o término do prazo para envio da prestação de contas pela EEx. § 1º Caso o preenchimento de Relatório de Gestão e o envio do Parecer Conclusivo estejam indisponíveis no Sistema de Gestão de Conselhos, o prazo para os Conselhos emitirem o parecer será de quarenta e cinco dias após a liberação do sistema. § 2º Na hipótese de omissão no envio do parecer conclusivo do CACS/Funbeb, o FNDE diligenciará o presidente do colegiado para que regularize a situação no Sistema de Gestão de Conselhos no prazo de trinta dias, a contar da data da ciência da diligência, e notificará o gestor responsável pela EEx, por meio do SiGPC, para adotar as providências necessárias para que o CACS/Fundeb envie o parecer conclusivo. (BRASIL,2021)

Isso demonstra que o PNATE precisa oferecer a transparência dos recursos e as condições para garantia do direito à educação, com um esforço contínuo e articulado com os entes federados que podem resolver o desafio da garantia e permanência desses estudantes nas escolas. “Para que haja transparência, é necessário a prestação de contas, e a qualidade da prestação de contas depende de instrumentos de controle, quanto mais e melhores forem os instrumentos de controle, melhor será a prestação de contas e melhores serão os níveis de transparência”. (SANTA, 2023, p. 35)

A prestação de contas do PNATE , segue uma estrutura que pode sempre que ser solicitada, ser destinado ao tribunal de contas.

Art. 33. A EEx deverá manter em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de dez anos a partir da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU, os documentos: I – referentes à prestação de contas; II – comprovem a autenticidade e a veracidade das informações registradas no SiGPC; e III – de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos à conta do PNATE. Parágrafo único. Os documentos de que tratam este artigo deverão ser disponibilizados, sempre que solicitado, ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao CACS/Fundeb. (BRASIL,2004)

A escola que adere ao PNATE, recebe os recursos anualmente de forma automática sem precisar formalizar um convênio, esse é um modelo de repasse direto e rápido de recursos públicos, no entanto, só é possível por meio das entidades executoras, que recebem os recursos, repassam para as escolas e realizam a prestação de contas.

3 METODOLOGIA

Este capítulo destacará as escolhas metodológicas desta pesquisa. Para Gil (2010) a metodologia consiste na descrição dos procedimentos metodológicos adotados na condução do estudo durante a etapa do projeto de pesquisa. Em outras palavras, é o caminho percorrido para atingir um objetivo específico. A escolha da metodologia adequada, tem uma relação importante quanto aos objetivos da pesquisa ou estudo, cada área de conhecimento possui suas próprias metodologias específicas.

Por sua vez, Demo (1987, p. 17) destaca que “a metodologia é uma preocupação instrumental que se ocupa das formas de conduzir a ciência, abrangendo procedimentos, ferramentas e caminhos”. Para isso, a finalidade da ciência é lidar com a realidade teórica e prática, e para alcançá-la, são delineados diversos caminhos. Este, para ele, é o cerne da metodologia.

É necessário que o pesquisador possua conhecimento das concepções, práticas, procedimentos, instrumentos e técnicas que norteiam sua ação a fim de realizar a pesquisa e elaborar seu trabalho.

Neste sentido, a seguir são descritos os processos relacionados quanto ao método científico, a abordagem e os procedimentos metodológicos.

3.1 DO MÉTODO CIENTÍFICO

O método científico é uma abordagem sistemática e objetiva em que consiste uma série de etapas relacionadas que envolvem a observação, formulação de uma pergunta, experimentação, coleta e análise de dados, interpretação dos resultados e conclusões, garantindo a confiabilidade e a viabilidade do que se procura em uma pesquisa científica.

Marconi e Lakatos (2001, p. 83) definem o método científico como um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros. Além disso, dividem os métodos em dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

Para o desenvolvimento do pensamento desta pesquisa, a escolha se deu através do hipotético-dedutivo. Para Marconi e Lakatos (2001, p. 106), “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”. Através desse método, a pesquisadora definiu um problema e elaborou uma hipótese, uma afirmação temporária que será posteriormente testada para confirmação ou refutação.

3.2 DO TIPO DE PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM

Nesta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa com particularidades quantitativas. Segundo Creswell (2010, p. 43) “a pesquisa qualitativa trata-se de um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Neste sentido, em uma pesquisa com abordagem qualitativa, predomina a qualificação dos dados, existindo a avaliação da qualidade das informações para que se possa chegar na compreensão de determinados fenômenos.

Em relação a abordagem qualitativa, a pesquisadora utilizou as informações obtidas pelo Secretário de Transparência e Controle do Município, e da Coordenadora financeira da Secretaria de Educação. Neste contexto, a pesquisadora aprofundou as suas análises através de questionários que buscavam responder o problema de pesquisa mediante as informações adquiridas por meio das entrevistas semiestruturadas.

Em relação a abordagem quantitativa, para Richardson (1999, p. 23), “é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”, ou seja, na pesquisa quantitativa empregam-se as medidas quantificáveis ou estatísticas. Em relação a abordagem quantitativa a pesquisadora fundamentou sua análise na inferência de dados numéricos obtidos através de consultas e valores estatísticos do Portal do Ministério da educação, na área do FUNDEB e do sistema de gestão de prestação de contas (SIGPC), ambos de acesso público. Os dados relacionados a liberação dos recursos do PNATE foram mensurados e através desses resultados numéricos, serão atendidos os objetivos desta pesquisa.

3.3 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Com relação aos objetivos, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, experimental, diagnóstica, interpretativa, entre outras. A pesquisa foi construída de cunho exploratório e descritivo, por ser o que mais proporciona familiaridade com o tema e o problema em estudo. Gil (1999, p. 12) considera que “a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Segundo Gil (1999, p. 16), “as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, ou seja, o estudo descritivo é empregado quando o objetivo do pesquisador é compreender uma determinada comunidade, suas características, valores e os problemas relacionados à cultura.

Uma vez que não houve interferência da pesquisadora nos fenômenos estudados, o cenário será caracterizado pela descrição e por isso, esta pesquisa se identifica como descritiva. Foi descrito através dos dados da secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista, como este Ente executa os repasses recebidos do PNATE, nos anos de 2020 a 2022, estes relatórios contribuíram para análise dos dados e alcance dos resultados. Além disso, através das entrevistas foi feito uma análise do instrumento de dados descrevendo a realidade exposta pelos respondentes sem manipulá-la.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma maior compreensão do tema. Para Andrade (2010), a pesquisa exploratória proporciona amplitude na compreensão do assunto, facilitando uma boa delimitação do tema pesquisado e possibilita o desenvolvimento de uma boa pesquisa. A hipótese desta pesquisa norteou a pesquisa exploratória, através do estudo de caso fez se um levantamento bibliográfico para se familiarizar com o objeto de estudo.

3.4 TIPO DE PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento. Para Lakatos e Marconi (2004, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Neste sentido, entende-se que qualquer trabalho científico necessita estar apoiado em material bibliográfico já elaborado a respeito do assunto tratado, orientando-o no levantamento de informações que fundamentarão a pesquisa. Por isso, foram utilizados como fonte de pesquisa, livros, monografias, artigos científicos e links da internet, estes materiais foram fundamentais para embasar o referencial teórico desta pesquisa.

Em relação a pesquisa documental, Gil (2010, p. 51) salienta que, “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Neste sentido, os diversos tipos de fontes primárias, como documentos oficiais, reportagens de jornal, legislações, diários e etc, desempenharam um papel crucial no embasamento do referencial teórico desta pesquisa, pois, auxiliou a pesquisadora no levantamento dos documentos do órgão público, incluindo leis, decretos e relatórios.

Em relação a pesquisa de levantamento, Gil (2010, p. 63) aborda que ela é:

a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados

Neste sentido, a abordagem direta com os sujeitos que se deseja conhecer, permitem a descoberta de novos conhecimentos a respeito de um grupo específico. Para isso, utilizou-se questionários e entrevistas .

3.5 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este tópico se propõe a explicar os caminhos percorridos pela pesquisadora, quanto aos procedimentos metodológicos adotados para a concretização da pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, os procedimentos incluem: pesquisa bibliográfica, levantamento documental, realização de entrevistas, tabulação e análise dos dados.

Uma das primeiras etapas de qualquer trabalho científico é realizar o levantamento bibliográfico. A finalidade dele é agrupar uma ampla base teórica pertinente ao tema de pesquisa, as quais serão utilizadas como base para embasar a investigação.

No primeiro momento e em contato com o orientador, fez-se um mapeamento dos trabalhos já produzidos e que se assemelhavam com a temática. Para isso o Estado da arte foi fundamental, abrangendo livros, artigos científicos, monografias e sites da internet. Inicialmente foram escolhidas palavras chaves que norteavam a pesquisa.

As principais temáticas foram: Gestão dos recursos do PNATE, política do transporte escolar, Políticas públicas educacionais, aplicabilidade, controle e equilíbrio financeiro e orçamentário da gestão pública, importância do transporte escolar na educação e a evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar.

Posteriormente, na etapa de levantamento documental, para a apropriação dos dados na análise, foi necessária uma pesquisa mais densa, porém , com o aporte teórico, bibliográfico, à pesquisadora partiu para a análise dos documentos da secretaria de condenação financeira da educação da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista: Relatório de execução do PNATE, com suas respectivas despesas mensais e anuais e relatório da natureza dos gastos do programa. Aliado a isso, foi feita uma busca no site do Portal do Ministério da Educação, possibilitando a análise da Legislação do PNATE, verificando também as resoluções vigentes atualizadas.

Findando esse levantamento documental, foram feitas tabelas, abordando a execução dos repasses destinado ao município. Houve também, uma verificação de como esses recursos

foram utilizados e como estes foram utilizados na pandemia, visto que, houve fechamentos das escolas e por consequência, suspensão das aulas. As análises foram discutidas e posteriormente analisadas em todo percurso do trabalho, até porque para a vivência da gestão democrática no contexto educacional, faz-se necessário a presença desses mecanismos.

Na etapa de coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada. De acordo com Gil (1999, p. 23), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Essa técnica de coleta de dados é altamente apropriada para capturar informações sobre o conhecimento, crenças, expectativas e desejos das pessoas, bem como suas razões para cada resposta”.

Na entrevista semi-estruturada, o entrevistador é livre para desenvolver perguntas a cada situação, permite-se que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas estruturadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas não-estruturadas “O entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”(MINAYO, 2009, p. 26) Para a entrevista, a pesquisadora escolheu entidades representativas de duas secretarias: Secretaria de Transparência e Controle e Combate a Corrupção e Secretaria de Educação.

Em 02 de fevereiro de 2024, às 15:00hs, foi feita uma visita a Secretaria de Transparência do Município Vitória da Conquista, com o objetivo de obter as respostas quanto aos objetivos propostos nesse trabalho, por meio de uma conversa informal com o Secretário do município. Após a autorização do Secretário, a entrevista foi gravada em áudio e as respostas provenientes dos questionamentos propostos foram posteriormente transcritas. A entrevista proporcionou a pesquisadora mais informações sobre o comportamento do município em relação a prestação de contas do PNATE.

Em 05 de fevereiro de 2024, às 15hs30 foi feita uma visita a Secretaria de Educação, para a entrevista com a Coordenadora financeira de execução, com o objetivo de obter informações referentes a utilização dos recursos para a execução do PNATE.

Optou-se pela realização da entrevista semiestruturada, pois esta possibilita que os sujeitos envolvidos (entrevistado e entrevistador) conversem e consigam ter uma harmonia durante o trabalho de pesquisa de coleta dos dados.

A escolha dos sujeitos participantes das entrevistas aconteceu por conta da sua representatividade como ente responsável nas Secretarias escolhidas para a pesquisa sobre o PNATE.

A pesquisa está delimitada espacialmente no município de Vitória da Conquista, estando limitada temporalmente ao ano de 2020 a 2022. A escolha do período analisado se deu pelo fato

deste recorte de ano ser o mais atual e teve grande influência pelo período inicial contar com um período pandêmico, pois foi possível analisar como uma política pública tão importante para a educação consegue se desenvolver mesmo em tempos atípicos.

Após esse mapeamento de dados, uma análise comparativa dos anos estudados foi essencial, com ela foi possível identificar o montante dos recursos do programa recebidos mesmo na pandemia em relação aos anos que alguns consideram na educação como início do pós pandemia, neste caso, as aulas foram retomadas semipresenciais no final de 2021 no município de Vitória da Conquista. Assim, foi possível fazer um paralelo entre os anos, para saber como os recursos foram gastos em cada um destes períodos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados alcançados após a análise da coleta de dados feita por meio dos Relatórios e Demonstrativos obtidos pelo Portal do Ministério da Educação e pelo Sistema de Gestão de Prestação de Contas(SIGPC), ambos de acesso público, e por meio da entrevista com o Secretário de Transparência e Controle do município e da Coordenadora Financeira de Secretaria da Educação de Vitória da Conquista-Ba.

Também foi necessário realizar uma breve caracterização do município no que se refere aos dados sócio econômicos e geográficos, como também do perfil educacional. Para isso realizamos uma pesquisa em bancos de dados oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Estes dados foram coletados para responder aos objetivos do trabalho. Para melhor desenvolvimento da análise, ele será dividida em 3 etapas: na primeira será apresentada a descrição e as informações pertinentes sobre o município em discussão; na segunda será apresentado sobre o montante dos recursos recebidos do PNATE e aplicação desses recursos e na terceira etapa apresenta as opiniões dos entrevistados referentes ao tema em questão.

4.1 DA CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DE PESQUISA: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

De acordo com os dados do IBGE(2022), o município de Vitória da Conquista está situado na Região Sudoeste da Bahia, ocupando uma extensão territorial de 3.254,186 km², sua população, em 2022, era de 370.879 habitantes e a densidade demográfica era de 113,97 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 3 e 29 de 417, sendo, por isso, considerada a terceira maior cidade

do estado da Bahia.

Em relação a sua economia de acordo com o IBGE (2022), Vitória da Conquista está entre os PIBs que mais crescem no interior da região Nordeste, sendo o sexto maior PIB baiano. Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 23.907,93. Na comparação com outros municípios, ficava nas posições 43 de 417 entre os municípios do estado baiano. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 637.789,54 e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 605.294,53. Isso deixa o município nas posições 4 de 417 entre os municípios do estado e na 135 de 5.570 entre todos os municípios.

Sobre a educação, de acordo com o IBGE (2010) a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,8%. Na comparação com outros municípios do Estado, ficava na posição 270 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3.870 de 5.570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,6 e para os anos finais, de 5,2.

Tais informações são importantes porque nos permite uma visão panorâmica sobre o município e nos ajudarão a entender e melhor analisar os resultados da pesquisa. É importante destacar que o município de Vitória da Conquista é cercado por povoados. Possui 11 distritos, dentre os quais destacam-se José Gonçalves, Pradoso, Veredinha e Cercadinho.

Em relação a educação municipal, a Secretaria Municipal de Educação é composta por 149 unidades escolares, sendo 117 escolas (65 na zona rural, 52 na urbana e 32 creches). É uma Secretaria que tem por objetivo melhorar a qualidade da educação no município de Vitória da Conquista em seus aspectos pedagógicos, de infraestrutura e de valorização dos profissionais dentre as competências, destaca: planejar, coordenar, controlar e executar a política educacional do município, mediante oferecimento de educação infantil, educação de adultos, educação especial e o ensino fundamental e coordenar e controlar as atividades de organização curricular e de gestão do sistema municipal de ensino em geral, entre outros.

4.2 DO MONTANTE DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PNATE

Neste tópico a finalidade é reconhecer e examinar os dados relativos ao item a dos objetivos específicos da pesquisa, que está relacionado a liberação dos recursos recebidos pelo Município de Vitória da Conquista e a relação das despesas e receitas realizadas pelo Município. Para isso, foi feita uma pesquisa no Portal do Ministério da Educação e no SIGPC acerca das transferências de caráter suplementar, dos recursos financeiros destinados a oferta de transporte

escolar aos alunos da educação básica residentes em área rural no exercício financeiro de 2020 a 2022.

4.2.1 Exercício de 2020- liberação e aplicação dos recursos

O PNATE é uma política pública de ação continuada, ou seja, ações que necessitam ser frequentes, pois, contribuem para um caminho mais seguro na transformação da realidade da educação. Por ser um programa de ação continuada o saldo remanescente (valor excedente após o ano anterior) pode ser reprogramado para o ano seguinte, conforme o artigo 9 da Resolução nº 5, de 8 de maio de 2020 “Os saldos existentes nas contas bancárias do PNATE em 31 de dezembro serão reprogramados para o exercício subsequente, sem a necessidade de anuência do FNDE”

Tabela 2-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitória da Conquista em 2020

RECEITA E DESPESA					
Saldo reprogramado	Receita do Ministério da Educação	Aplicação financeira	Total da Receita	Despesa realizada	Saldo final (Reprogramado)
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
309.006,42	1.415.462,52	1.854,42	1.726.323,36	473.427,57	1.252.895,79

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGPC de 2020

De acordo com a **Tabela 2** o saldo remanescente do ano de 2019 no município de Vitória da Conquista no valor de R\$ 309.006,42 (trezentos e nove mil e quarenta e dois centavos), foi reprogramado para o exercício de 2020 e por isso ele é considerado o saldo inicial do exercício de 2020. O Ministério da Educação liberou para o município de Vitória da Conquista o valor de R\$ 1.415.462,52 (um milhão, quatrocentos e quinze mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) durante o decorrer do ano conforme demonstrado na **Tabela 3**.

É importante destacar que enquanto os saldos dos repasses não foram utilizados, houve aplicações em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial. Em relação a aplicação financeira, os recursos renderam durante o exercício de 2020 o valor de R\$ 1.854,42 (mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), conforme exposto na **Tabela 2**. Somando todos estes recursos, teremos então o somatório das receitas arrecadadas durante o exercício de 2020, neste caso o total de R\$ 1.726.323,36 (um milhão, setecentos e vinte e seis mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos).

Durante o exercício de 2020, o Município executou o valor de R\$ 473.427,57 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos). De acordo com a Secretaria de Educação, as despesas foram pagas até o dia 12 de maio de 2020 e fazem referência a prestações de serviço realizadas no mês de março de 2020.

Dessa forma, diminuindo o total da receita com o total da despesa, encontramos o saldo final do exercício no valor de R\$ 1.252.895,79 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos). Este valor, foi então reprogramado para o exercício de 2021

O Município de Vitória da Conquista publicou em 16 de março de 2020 o Decreto nº 20.190, por meio do qual foram suspensas as aulas da Rede Municipal de Ensino e das Instituições Privadas de Ensino, inclusive as de ensino superior.

Tabela 3- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitória da Conquista -Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020

Valor	Data	Órgão
R\$ 137.896,63	03/03/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	06/04/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	29/04/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	08/05/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	09/06/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	13/07/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	11/08/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	11/09/2020	Concedente
R\$ 137.896,63	13/10/2020	Concedente
R\$ 137.896,65	09/11/2020	Concedente
R\$ 36.496,20	15/12/2020	Concedente
TOTAL		R\$ 1.415.462,52

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal no Ministério da educação em 2020

Apesar do período de Pandemia no ano de 2020, o que ocasionou na suspensão de aulas e por consequência a suspensão do uso de transporte escolar, todos os recursos provenientes deste período foram liberados conforme demonstra a **Tabela 3** e depositados e administrados na conta específica do instrumento, exclusivamente em instituições financeiras oficiais federais.

4.2.2 Exercício de 2021- liberação e aplicação dos recursos

O saldo remanescente do ano de 2020 no valor de 1.252.895,79 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), foi reprogramado para o exercício de 2021 conforme a **Tabela 4**.

Tabela 4-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitória da Conquista em 2021

Saldo Reprogramado de 2020	Receita do Concedente (Minist. Educação)	RECEITA/DESPESA			Saldo Final (reprogramação 2021)
		Aplicação Financeira	Total da Receita	Despesa realizada	
R\$ 1.252.895,79	R\$ 1.387.227,83	R\$ 42.814,03	R\$ 2.682.937,65	R\$ 832.049,10	R\$ 1.850.888,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGPC em 2021.

Os recursos renderam na aplicação financeira durante o exercício de 2021 o valor de R\$ 42.814,03 (quarenta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e três centavos). Somando todos estes recursos, teremos então o somatório das receitas arrecadadas durante o exercício de 2021, neste caso o total de R\$ 2.682.937,65 (dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Durante o exercício de 2021, conforme a **Tabela 5**, o município de Vitória da Conquista executou o valor de R\$ 832.049,10 (oitocentos e trinta e dois mil, quarenta e nove reais e dez centavos). Cabe salientar que de acordo a Secretaria de Educação as despesas foram pagas a partir do mês de setembro de 2021, sendo que estas fazem referência a prestações de serviço realizadas no mês de agosto de 2021.

Conforme também demonstrado na **Tabela 5**, o Ministério da Educação liberou para o município de Vitória da Conquista o valor de R\$ 1.387.227,83 (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), durante o decorrer do ano.

Tabela 5- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitória da Conquista- vigência 01/01/2021 a 31/12/2021

Valor	Total	Órgão
R\$ 143.990,68	09/03/2021	Concedente
R\$ 143.990,68	23/03/2021	Concedente
R\$ 43.990,68	20/04/2021	Concedente
R\$ 143.990,68	12/05/2021	Concedente
R\$ 72.183,22	10/11/2021	Concedente

R\$ 739.081,89	21/12/2021	Concedente
TOTAL		R\$ 1.387.227,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal no Ministério da educação em 2021

Em 18 de outubro de 2021, o Município publicou a Portaria nº 042/2021, suspendendo o ensino remoto e regulamentando o retorno das aulas 100% presenciais na Rede Municipal de Ensino. Verifica-se que, nos meses anteriores o Município já havia iniciado o ensino híbrido (com atividades remotas e presenciais).

Dessa forma, diminuindo o total da receita com o total da despesa, encontramos o saldo final do exercício no valor de R\$ 1.850.888,55 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Este valor foi então reprogramado para o exercício de 2022.

4.2.3 Exercício de 2022- liberação e aplicação dos recursos

O saldo remanescente do ano de 2021 no valor de 1.850.888,55 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), foi reprogramado para o exercício de 2022, sendo assim, este valor é considerado como sendo o saldo inicial do exercício de 2022. Conforme demonstrado na **Tabela 6** (Liberação de recurso), o Ministério da Educação liberou para o município de Vitória da Conquista o valor de R\$ 1.437.050,04 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil, cinquenta reais e quatro centavos), durante o decorrer do ano.

Tabela 6- Liberação do Recurso do PNATE para o município de Vitória da Conquista -vigência 01/01/2022 a 31/12/2022

Valor	Data	Órgão
R\$ 16.511,82	04/03/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	04/03/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	04/03/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	16/03/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	16/03/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	16/03/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	14/04/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	14/04/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	14/04/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	06/05/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	09/05/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	09/05/2022	Concedente

R\$ 60.378,60	17/06/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	17/06/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	17/06/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	15/07/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	15/07/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	15/07/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	04/08/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	04/08/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	04/08/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	14/09/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	14/09/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	14/09/2022	Concedente
R\$ 16.511,82	13/10/2022	Concedente
R\$ 60.378,60	13/10/2022	Concedente
R\$ 6.162,93	13/10/2022	Concedente
R\$ 60.378,62	10/11/2022	Concedente
R\$ 16.511,85	10/11/2022	Concedente
R\$ 6.162,98	10/11/2022	Concedente
R\$ 606.516,44	26/12/2022	Concedente
TOTAL		R\$ 1.437.050,04

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal no Ministério da Educação em 2022

Durante o exercício de 2022, o município de Vitória da Conquista executou o valor de R\$ 2.560.134,16 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, cento e trinta e quatro reais e dezesseis centavos) conforme a **Tabela 7**.

Tabela 7-Montante de aplicação dos recursos do PNATE para o município de Vitória da Conquista em 2022

RECEITA/DESPESA					
Saldo Reprogramado de 2022	Receita do Concedente (Minist. Educação)	Aplicação Financeira	Total da Receita	Despesa realizada	Saldo Final (reprogramação 2023)
		R\$	R\$	R\$	
R\$ 1.850.888,55	R\$ 1.437.050,04	136.165,76	3.424.104,35	2.560.134,16	R\$ 863.970,19

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIGPC em 2022.

Conforme demonstrado na tabela acima, os recursos renderam durante o exercício de 2022 o valor de R\$ 136.165,76 (cento e trinta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Somando todos estes recursos, teremos então o somatório das receitas arrecadadas durante o exercício de 2022, neste caso o total de R\$ 3.424.104,35 (três milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Dessa forma, diminuindo o total da receita com o total da despesa, encontramos o saldo final do exercício no valor de R\$ 863.970,19 (oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta reais e dezenove centavos). Este valor foi então reprogramado para o exercício de 2023.

Na análise geral do conjunto dos dados relativos ao montante recebido dos recursos do PNATE para o município de Vitória da Conquista, é possível identificar em relação ao seu uso que o objetivo vem sendo cumprido pelo município, no que diz respeito a garantia do transporte escolar e da obrigação para a locomoção dos alunos que moram em áreas rurais, conforme as legislações que rege a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O repasse dos recursos do Estado para o município, vem garantindo que o ensino não seja interrompido e a parceria Estado e Município têm atingido o objetivo, de forma a atender toda a demanda escolar desses estudantes no município.

4.3 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Ao Secretário de Transparência do município de Vitória da Conquista foi feito os seguintes questionamentos: Como é feito a prestação de contas dos recursos recebidos do PNATE no município? Houve algum apontamento do Tribunal de Contas sobre irregularidades no uso desses recursos? Como o Secretário avalia a prestação de contas do PNATE no período de pandemia da Covid-19?

Sobre a prestação de contas dos recursos recebidos do PNATE, o Secretário de Transparência declarou que inicialmente faz-se a verificação por meio da Secretaria de Educação em conjunto com a Contabilidade para analisar as informações recebidas.

Segundo o entrevistado, a Secretaria de Transparência, faz o acompanhamento dos índices para ver se os recursos estão sendo aplicados corretamente, a prestação de contas se dá pelo próprio sistema contábil do município. Ele menciona que há um núcleo de controle dentro da Secretaria de Educação. A lei de licitações já previa estas segregações de funções, conforme apontou o secretário existem essas linhas de defesas do município e se houver alguma divergência nos relatórios a correção e esclarecimento acontece ainda na fase de empenho, antes mesmo que chegue na Secretaria de Transparência.

Quando perguntado como acontece os acompanhamentos nas prestações de contas, o Secretário esclareceu que os acompanhamentos são feitos através de índices. Estes índices são bimestrais inclusive para a prestação de contas de qualquer recurso público, como é algo mecânico, não há dificuldades na gestão.

Em relação ao questionamento relacionado a apontamentos do Tribunal de Contas do município sobre irregularidades no uso dos recursos no município, o Secretário informou que não houve tais apontamentos.

Sobre a pandemia de COVID-19 o Secretário esclareceu que não houve dificuldades na prestação de contas dos recursos neste período. Segundo ele “houve mudanças em relação a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pois, foi realizado a distribuição de kits alimentares para as famílias dos alunos da educação básica com a autorização e a liberação do próprio fundo”.

4.4 ENTREVISTA COM A COORDENADORA FINANCEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Em entrevista realizada com a Coordenadora Financeira da Secretaria de Educação do município de Vitória da Conquista, foram feitos alguns questionamentos: Como é a gestão do PNATE nesta Secretaria? Qual a natureza dos gastos com o uso dos recursos do PNATE? Como foi a utilização dos recursos no período da pandemia de Covid-19?

Sobre a gestão do PNATE a Coordenadora informou que há um acompanhamento da Secretaria de Transporte, Secretaria de Transparência e da Secretaria de Educação em prol da eficácia na alocação desses recursos públicos.

Quando questionada sobre a natureza dos gastos do PNATE, ela esclareceu que o município de Vitória da Conquista utiliza os recursos do PNATE apenas para a contratação de empresas terceirizadas que participam de licitações com a finalidade de transportar alunos das escolas rurais, além disso, a Coordenadora destaca que para as despesas com combustíveis, manutenção de veículos, seguros e etc., utilizam-se os recursos próprios do município. Para ela, o valor do recurso é pouco quando comparado as demandas dos estudantes. “O Cercadinho é a localidade mais distante. Em relação a sua extensão territorial, esses alunos são separados em vários povoados, dentro da resolução do PNATE são quase 2 km e meio para transportar alunos das escolas e as vezes existem demandas de dois alunos para pagamento de prestação de serviço por essa quilometragem, mas como não pode deixar os alunos sem transporte escolar acaba sendo oneroso para a administração pública”.

Em relação ao questionamento sobre as informações destinadas ao órgão concedente, a entrevistada informou que são enviados para o FUNDEB, a relação das notas fiscais das prestações e serviços e o número de empenho. As contas do Governo Federal são monitoradas pelo FNDE e se por acaso tiver alguma nota com objeto errado o FNDE faz uma notificação.

Questionada sobre a pandemia de Covid-19 a entrevistada informou que no período da pandemia as aulas continuaram, mas de forma remota, utilizou-se o transporte escolar para os professores e os alunos iam a escola para buscar algumas atividades. Sobre os repasses a Coordenadora afirmou que no município o valor é repassado apenas para o ensino fundamental, pois, não há matrículas dos beneficiários do PNATE para o ensino médio e ensino infantil.

Em relação ao Tribunal de Contas do município, a Entrevistada esclareceu que a Secretaria de Educação recebe visitas para auditorias, e o município também faz esse monitoramento. Por fim, a Coordenadora Financeira avaliou a gestão do PNATE como estratégica e comprometida na real finalidade do uso dos recursos públicos, agindo sempre de forma transparente.

5 CONCLUSÃO

Estudos sobre gestão de políticas públicas especialmente relacionadas ao transporte escolar rural devem ser direcionadas para o desenvolvimento da educação. Logo, não é possível pensar em universalização da educação sem estar associado aos meios que os alunos utilizam para ter acesso a ela. No contexto de analisar como foi a gestão dos recursos do PNATE no município de Vitória da Conquista no período de 2020 a 2022, esta pesquisa trouxe como objetivos: Identificar e avaliar o montante dos recursos recebidos do PNATE; verificar a natureza dos gastos com os recursos do PNATE, verificar se no período analisado houve algum apontamento do Tribunal de Contas do município e verificar se houve alguma dificuldade na gestão dos recursos do PNATE.

Metodologicamente, empregou-se pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de levantamento, contou-se com dados de natureza qualitativa com algumas particularidades quantitativas. A pesquisa buscou responder na questão problema como o município de Vitória da Conquista geriu os recursos do PNATE no período de 2020 a 2022. A partir dos relatórios disponibilizados sobre a prestação de contas no SIGPC e pelas informações fornecidas pelo Secretário de Transparência e da Coordenadora Financeira da Secretaria de Educação, foi possível identificar que o município se preocupa com a gestão do PNATE, por isso, no período analisado, o município de Vitória da Conquista geriu os recursos priorizando as práticas de controle e transparência na aplicação desses recursos. Isso representou a eficácia na alocação e utilização dos recursos do PNATE durante esse período e impactou diretamente na qualidade e na disponibilidade do transporte escolar, afetando, conseqüentemente, o acesso dos estudantes à educação.

Em relação ao objetivo de identificar e avaliar o montante dos recursos recebidos do PNATE inferiu-se que o objetivo vem sendo cumprido pelo município, no que diz respeito a garantia do transporte escolar e da obrigação para a locomoção dos alunos que moram em áreas rurais, desde a liberação do Ministério da Educação até a execução dos recursos para o município, vem garantindo que o ensino não seja interrompido e a parceria Estado e Município têm atingido o objetivo, de forma a atender toda a demanda escolar desses estudantes no município, . Durante o exercício de 2020, o Município executou o valor de R\$ 473.427,57 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos),

no exercício de 2021, o município de Vitória da Conquista executou o valor de R\$ 832.049,10 (oitocentos e trinta e dois mil, quarenta e nove reais e dez centavos e durante o exercício de 2022, o município de Vitória da Conquista executou o valor de R\$ 2.560.134,16 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil, cento e trinta e quatro reais e dezesseis centavos).

Sobre o objetivo de verificar a natureza dos gastos com os recursos do PNATE e verificar se no período analisado houve algum apontamento do Tribunal de Contas do município, a pesquisa mostrou através das informações adquiridas por meio de entrevistas com o Secretário de Transparência que não houve nenhum apontamento do Tribunal de Contas do Município a respeito de irregularidades com o uso desses recursos. Em relação a natureza de gastos com os repasses do PNATE, a Coordenadora Financeira da Secretaria de Educação informou que no município de Vitória da Conquista utilizam-se os recursos do PNATE apenas para a contratação de empresas terceirizadas que participam de licitações com a finalidade de transportar alunos das escolas rurais, além disso, a Coordenadora destaca que para as despesas com combustíveis, manutenção de veículos, seguros e etc., utilizam-se os recursos próprios do município.

Sobre o objetivo de identificar as dificuldades encontradas na gestão do PNATE, inferiu-se que do ponto de vista de prestação de contas por conta dos sistemas de informação a Secretaria de Transparência consegue fazer o acompanhamento dos índices para ver se os recursos estão sendo aplicados corretamente sem nenhuma dificuldade, pois, a prestação de contas se dá pelo próprio sistema contábil do município. Além disso, há um núcleo de controle dentro da Secretaria de Educação, conforme apontou o Secretário. Sobre o ponto de vista da Secretaria de Educação, pôde ser constatado também que não há dificuldades quanto a gestão do PNATE, pois as formações nas áreas administrativas, pedagógicas e financeiras do PNATE acontecem de forma contínua seguindo o que recomenda a legislação do programa.

Diante do exposto, essa pesquisa se fez relevante a medida que demonstrou claramente sobre a gestão do uso dos recursos recebidos destinados ao PNATE, de modo a obter uma melhor compreensão de como o Município de Vitória da Conquista utilizou desses recursos e como os registros de prestação de contas foram imprescindíveis diante desse contexto.

Embora este estudo ofereça contribuições valiosas para a compreensão da gestão do PNATE é importante reconhecer as limitações inerentes à metodologia adotada.

Dentre as principais restrições, a dificuldade de acesso a dados públicos completos e atualizados limitando assim a abrangência da análise, além disso, a metodologia adotada enquanto adequada para os objetivos propostos, não apontou todas as informações da gestão do PNATE, é o caso do objetivo de verificar se houve algum apontamento do Tribunal de Contas

do Município. Certos dados, embora classificados como públicos, contém informações que levam à imposição de restrições de acesso. A necessidade de proteger a privacidade e a segurança levou a uma limitação no detalhamento e na abrangência dos dados disponibilizados, afetando a capacidade de realizar análises profundas.

Mesmo com legislações como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que visa assegurar o direito fundamental de acesso às informações públicas, encontrou-se desafios significativos para acessar esses dados. Essas dificuldades impõem limitações importantes ao desenvolvimento de estudos e análises aprofundadas em diversos campos do conhecimento.

Uma das principais dificuldades encontradas foi a complexidade e a fragmentação dos sistemas de informação dos órgãos públicos. Muitas vezes, os dados estavam dispersos em diferentes plataformas ou formatos, o que tornou a coleta uma tarefa demorada.

Mesmo com a LAI, muitas vezes deparou-se com procedimentos burocráticos lentos para o acesso às informações. Prazos legais para resposta aos pedidos de informação atrasaram significativamente o progresso da pesquisa.

A transparência na discussão dessas limitações visa não apenas fortalecer a integridade da pesquisa, mas também encorajar diálogos construtivos e orientar futuros estudos na superação destes obstáculos.

A melhoria no acesso a dados públicos é crucial para avançar no conhecimento científico, na transparência governamental e no desenvolvimento social e econômico.

Uma proposta para futuras pesquisas é ampliar o estudo do tema para outras localidades, buscando criar uma rede de investigação que mostre como o PNATE funciona no Brasil, com ênfase nas áreas mais afastadas, onde os recursos próprios são escassos. Uma vez que muitos municípios dependem de repasses financeiros do Governo Federal e Estadual, dada a baixa arrecadação tributária local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal: Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.”. 6. ed.– São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o PNATE Brasília, 09 de junho 2004. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/legislacao/LEIN10.880DE9DEJUNHODE2004.pdf>> Acesso em: 01 abr 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Matrículas da educação básica. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/matrículas-da-educacao-basica>> Acesso em 22 de dezembro de 2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 03. Dezembro de 2022

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 18, de 22 de outubro de 2021. Diretrizes e orientações ao PNATE. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/legislacao/RESOLUOCDFNDEN18DE22DEOUTUBRODE2021.pdf>> Acesso em 01 abr. 2023

BRASIL. Site do MEC. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>>. Acesso em: 19 abr. 2023

BRASIL. Lei n.4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 10 out. 2022

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional, Brasília, DF, 1996. Disponível em:< www.planalto.gov.br. Acesso em>23 de jan. 2022

BRASIL. Decreto nº 6.768, de 10 de fevereiro de 2019. Disciplina o Programa Caminho da Escola. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6768.htm#:~:text=DECRETA%3A,disciplinado%20na%20forma%20deste%20Decreto.> Acesso em 23-04-2023

BRASIL. Resolução nº 03, de 29 de abril de 2020. Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos estados, municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-ndeg-3-de-29-de-abril-de-2020> Acesso em 24-07-2023

BRASIL. Resolução nº 01, de 20 de abril de 2021. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro na aquisição, utilização e monitoramento da gestão de veículos de transporte escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-1-de-20-de-abril-de-2021> Acesso em 24-02-2023

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

CARVALHO, M. do C. B. de. *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente* São Paulo: IEE/PUCSP/CBIA, 1995.

CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. IN: Revista brasileira de política e administração da educação. São Bernardo do Campo. V. 18, nº 2, 2002.

COSTA, Liliane Leite; MINEIRO, Márcia. Gestão dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): primeiras aproximações. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, v. 4, n. 1, p. 137-161, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/12483> Acesso em 30 de dezembro de 2023

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed, 2010.

DE FREITAS RÊGO, Thaiseany; DE SOUSA BARBOSA, Eliedna; ARAUJO, Aneide Oliveira. A aplicação do custeio baseado em atividades no serviço de transporte escolar: um estudo de caso no Município de Sapé na Paraíba. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2007. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/1488/1488> Acesso em :13/02/2023

DRAIBE, Sônia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. de (Org.). Tendências e Perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE; São Paulo: PUC-SP, 2001

DIAS, J. A. Educação básica: políticas, legislação e gestão – leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DINIZ; Ednar Maria Vieira. O censo escolar. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 80, n. 194, p. 156-163, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1263/1002>. Acesso em: 23 de julho

de 2023.

DEMO, Pedro, Introdução-a-Metodologia-da-Ciência. Disponível em: <<http://maratavarepsictics.pbworks.com/w/file/etch/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>> acesso em 17/03/2023

FEIJÓ, P. C. Transporte escolar: a obrigação do Poder Público Municipal no desenvolvimento do programa: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Integrada,2007

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GOMES, Eson Luiz Teixeira. A atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEF (CACS-FUNDEF) na execução do programa nacional de apoios ao transporte escolar PNATE). Disponível em:<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1506/1/2008_ElsonLuizTeixeiraGomes.PDF> Acesso em: 20-10-2022

</bdm.unb.br/bitstream/10483/1506/1/2008_ElsonLuizTeixeiraGomes.PDF> Acesso em: 20-10-2022

GONÇALVES, Débora Ribeiro; WANZINACK, Clóvis. A Importância do Transporte Escolar na Educação: Um Estudo de Caso sobre Transporte Escolar no Município de Guaratuba–Paraná. Gestus-Caderno de Administração e Gestão Pública, v. 3, p. 40-49, 2020.Disponível em: < <https://ojs.homologa.ufpr.br/gestus/article/view/82813>> Acesso em:02/02/2023

HADDAD, Sérgio. O estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: A produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 1998. São Paulo: Ação Educativa 2000

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>> Acesso em: 19 de abr.2023

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo:Atlas, 2001.

LÜCK, H. Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências. 2. ed, Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1.

MAY, Tim. 2004. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Capítulo 6: Entrevistas: métodos e processo. 3ª edição. Porto Alegre. Artmed

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial / José Carlos Marion. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2004

MOURA, Ana Paula Monteiro. A política do transporte escolar no Brasil. 2011. Disponível em:<<https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AnaPaulaMonteirodeMoura-ComunicacaoOral-int.pdf>> Acesso em: 20-10-2022

PEREIRA, J. M. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

SANTOS, Carlos Adam Andrews Timóteo; BANDEIRA, Leonardo dos Santos; Políticas públicas educacionais: Gestão dos programas PNAE e PNATE em um município do sul do maranhão. Disponível em:<<https://semanaacademica.org.br/artigo/politicas-publicas-educacionais-gestao-dos-programas-pnae-e-pnate-em-um-municipio-do-sul-do-Maranhão>> Acesso em: 20-10-2022

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: **Um Enfoque Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Givanildo da. O programa dinheiro direto na escola (PDDE) como mecanismo da Descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. Cad. CEDES [online]. 2009, vol.29, n.78, pp. 216-226.

SILVA, Silvana Broetto. Gestão, educação e programas educacionais. 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19332/TCCE_GEM_EaD_2016_SILVA_SILVANA.pdf?sequence=1&isAllowed=Acesso em; 28/04/2023

SOUZA, Mabilia Tereza Matos. Aplicabilidade, controle e equilíbrio financeiro e orçamentário da gestão pública, com ênfase na viabilização dos recursos destinados aos programas PDDE, PNAE e PNATE para a Prefeitura Municipal de Caucaia, no ano de 2015 a 2019. 2020. Disponível em:<http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/197/1/M%c3%81BIA%20TEREZA%20MATOS%20SOUZA_TCC.pdf> Acesso em 21/04/2023

ROCHA, Luimar Luiza Pereira da et al. O Transporte escolar em Nazaré: um estudo sobre o alcance do PNATE e a garantia de direito. 2017. Disponível em:<<http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1557/5/Luimar%20Luiza%20Rocha%20-%20TCC%20Pedagogia.pdf>> Acesso em: 31/02/2023

TEIXEIRA, Elenaldo. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, 2002. Disponível em:<http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/Artigo04REMS12.pdf> Acesso em: 23/05/2023

ZIKMUND, W. G. Business research methods. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

